

**“ADVOGAR INTERESSES PELA CONQUISTA DO SABER”: TRABALHO,
INSTRUÇÃO E LIBERDADE NAS PÁGINAS DE O EXEMPLO DURANTE O PÓS-
ABOLIÇÃO**

Liana Severo Ribeiro

PPGH UFRGS

lianasevero@gmail.com

A presente proposta de comunicação faz parte de um projeto de mestrado mais amplo, que está em fase de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. O objetivo é analisar de que forma os articulistas envolvidos na publicação do jornal da imprensa negra gaúcha intitulado O Exemplo definiam formas de ser trabalhador no pós-abolição em Porto Alegre. A inspiração para tal desafio se deve em grande medida ao entendimento de que é impossível compreender o mundo do trabalho na cidade sem abordar a questão racial ou de cor em uma sociedade marcada por mais de trezentos anos de escravidão de africanos e seus descendentes, algo salientado entre os recentes estudos que apontam para essa invisibilidade nas pesquisas sobre os trabalhadores e o movimento operário durante a Primeira República (NASCIMENTO, 2016). Também incorporo as discussões em torno daquilo que Chalhoub e Silva (2009) definiram como “Muro de Berlim historiográfico”, cristalizado pela chamada historiografia da “transição”, que pretendia firmar uma teoria explicativa para a passagem da sociedade escravista – onde os trabalhadores seriam seres brutalizados pela violência da escravidão, com poucas possibilidades de agência para além da fuga ou da morte – para uma sociedade assentada no trabalho livre, imigrante (LARA, 1998). Tais trabalhos também apontam para a necessidade de diálogo entre a historiografia da escravidão, do mundo do trabalho e do pós-abolição, afim de que possamos aprofundar as análises das experiências de libertos, nascidos livres e seus descendentes durante a República (SILVA, CHALHOUB, 2009). A abordagem de tais aspectos se faz importante para compreendermos os motivos pelos quais, como aponta Roediger (2013) ao analisar o movimento operário organizado nos Estados Unidos do século XX, costumou-se a ver apenas o branco enquanto trabalhador.

De acordo com Chalhoub (1990) em texto clássico, a ênfase dada à chamada “transição” passa aos leitores uma noção de linearidade da história, em que a decadência da

escravidão se daria em última instância pelo viés econômico, fruto sobretudo das pressões inglesas que vinham desde o início do século XIX. Dessa forma, há uma ideia de “exterioridade determinante dos rumos da história”, agindo “como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais” (CHALHOUB, 1990, p.19). Me detive nesta discussão pois ela se revelará importante ao longo do texto, quando procuro demonstrar que o jornal *O Exemplo* expressava em suas páginas noções de continuidade e ruptura em relação ao trabalho escravo no início do século XX.

As ideias expressadas por eles continham expectativas e avaliações muitas vezes baseadas na bagagem do período anterior, ou seja, da escravidão. Entender tal aspecto é, voltando a Chalhoub (1990, p. 20), colocar em evidência a noção de processo, abordando a indeterminação ou a imprevisibilidade para entendermos os sentidos atribuídos às lutas dos próprios agentes históricos.

No que diz respeito à investigação sobre a atuação dos trabalhadores negros na passagem do século XIX ao XX no Rio Grande do Sul, temos o importante trabalho de Loner (2001), que se propõe a investigar a formação da classe trabalhadora nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Fazendo um levantamento e cruzamento de fontes das organizações e movimentos de trabalhadores nas duas cidades entre 1888 e 1930 a autora percebe a presença de inúmeras associações negras em manifestações ou comemorações operárias, além do fato de que vários líderes operários negros se faziam presentes na direção não apenas de entidades de classe, como também de associações e grupos de teatros negros, por exemplo.

Para além de investigar algo que hoje nos parece evidente – que é o fato de os trabalhadores negros estarem presentes em organizações e movimentos operários do início da República, ainda que a historiografia tenha invisibilizado essa atuação durante décadas –, parece-me urgente entendermos quais são as especificidades das pautas e reivindicações de sujeitos que têm a cor como marcação fundamental de suas experiências de vida. Como coloca Davis (1997), “é preciso entender que classe informa raça. Mas raça, também, informa a classe.” É nesse sentido que o presente trabalho busca caminhar, investigando as pautas e experiências de um veículo de comunicação elaborado por homens negros letrados e trabalhadores no início da República. Antes de tudo, começo apresentando brevemente a fonte a ser pesquisada.

O jornal *O Exemplo* surge no ano de 1892 na capital do Rio Grande do Sul, apenas quatro anos após o decreto da Lei Áurea, por empenho de um grupo de negros letrados – já

nascidos livres – que ansiavam por um veículo que servisse aos interesses da população negra da cidade. Para a definição de imprensa negra, recorro ao texto de Pinto (2010), que a identifica a partir de diferentes aspectos, sendo eles: “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (p. 19-20). Gomes (2005) também classifica esses periódicos como sendo editados por afrodescendentes, tendo como tema a discriminação racial, “com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor’” (p. 28). Ao longo dos mais de trinta anos em que circula, *O Exemplo* se encarregou de veicular denúncias de casos de racismo (ou *preconceito de cor*, como nomeavam na época), abraçar campanhas a favor da instrução da população negra da cidade, assim como criticar o aumento dos preços da moradia e debater os rumos da política nacional.

Até 1930, quando deixa definitivamente de circular, *O Exemplo* acumula uma série de interrupções em suas publicações, fruto principalmente da falta de recursos para mantê-lo. No que diz respeito à periodicidade e sua relação com a pesquisa como um todo, acredito ser necessário apresentar apontamentos. Algumas historiadoras que pioneiramente se dedicaram à análise de conteúdo do jornal para além das interrupções evidentes, perceberam que, ao longo de suas publicações, o mesmo apresenta algumas modificações de discurso. A partir de tal constatação, essas historiadoras estabelecem uma cronologia que, ora tem pontos que convergem, ora tem pontos divergentes, o que ao seu turno permite classificar o jornal em fases.

De acordo com Muller (2015), por exemplo, a primeira fase do periódico vai de 1892 – momento em que “procurava defender as associações negras e propunha fortes campanhas contra o racismo” (p. 7) – a mais ou menos 1910, período em que passa a dar maior atenção à pauta dos trabalhadores. Zubaran (2015) tem colocações semelhantes, referenciando que os primeiros anos do periódico foram dedicados a denunciar “o preconceito étnico-racial, registrando as atividades culturais e sociais da comunidade negra, pregando a moralização dos costumes e as vantagens da educação” (p. 10), e indicando que, já a partir de 1905, o mesmo começa a incorporar questões relativas aos trabalhadores e a ter ligações com lideranças do movimento operário. No entanto, o trabalho de Perussatto (2018) demonstrou que desde os primeiros momentos de atuação do periódico – ou seja, o final do século XIX – já há uma ligação entre lideranças do movimento operário e as reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao delinear a trajetória dos fundadores de *O Exemplo*, a autora se depara com a

presença de personagens tanto na redação do periódico negro quanto nas organizações de classe do período, como é o caso de Tácito Pires, dirigente da Confederação Operária Sul-rio-grandense em fins do século XIX (PETERSEN, 2001, p.130).

Através da análise dos escritos e da atuação do jornal ao longo dos anos defendo aquilo que Gomes (2005) indicou ao trabalhar com as diferenças formas de organização negra a partir do fim do século XIX e início do XX, ou seja:

Os ‘homens de cor’, como eram denominados na época, falavam de e para si mesmos. Discutiam bailes, bons costumes e música, bem como postos de trabalho, serviço de saúde e escolas. Provavelmente não queriam apenas acesso a direitos de uma dada cidadania. Em sindicatos, associações e projetos de partidos políticos, agendaram a questão racial. Também o fizeram nas ruas, nas festas, nas religiões, nos espaços de lazer e de trabalho. Talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta (p. 81).

Para aqueles e aquelas que se dedicaram à sustentação do periódico, estava em jogo não apenas discutir a sociedade republicana e pós-abolicionista, mas sobretudo disputa-la a partir de suas próprias vivências e pontos de vista. Nesse sentido, acredito que as posições explanadas neste texto a respeito de suas expectativas e experiências em relação ao mundo do trabalho vão ao encontro do que Gomes coloca pois identifiquei naqueles escritos, atribuições de sentidos à liberdade e à República, pautados em uma emancipação que abarcava o trabalho e a educação.

Na pesquisa geral, procuro analisar os escritos produzidos pelo mesmo periódico, entre 1910 e 1919, e que marcam datas importantes para a população negra e trabalhadora da cidade: O 13 de maio (data de promulgação da Lei Áurea), o 28 de setembro – que referenciava a Lei do Ventre Livre – e o 1 de maio, marcado como Dia do Trabalhador. Para o desenvolvimento deste trabalho em específico, procurei trabalhar com apenas duas fontes de O Exemplo, mas que julgo importantes pois abarcam elementos fundamentais para a discussão proposta no texto, que pretende demonstrar as visões de continuidade e ruptura em relação ao trabalho escravizado expressadas na fonte.

Antes de tudo, é importante salientar que os escritos e discursos presentes no jornal não são unívocos, não expressam pontos de vista consensuais. A defesa da instrução como algo primordial para o pós-abolição está presente na maioria dos escritos. No entanto, é

possível perceber certas diferenças de posição em relação, por exemplo, às experiências e avaliações acerca das leis abolicionistas. Se em alguns textos encontramos um discurso que coloca um sentimento de esperança e posição positiva a respeito da legislação, em outros percebemos uma certa desilusão com os rumos da liberdade, refletindo algumas das experiências de libertos no mundo do trabalho. Tais elementos parecem ser colocados em evidência no editorial a seguir, de **1 de maio de 1910**.

O texto inicia com uma crítica, apontando que o 13 de maio virou apenas um feriado no calendário do Brasil. Logo em seguida, convoca a experiência cotidiana para afirmar que

(...) os fatos têm demonstrado que a liberdade surgida em 13 de maio de 1888, para parte do povo diretamente interessado em seus efeitos, é um verdadeiro mito, não passa de uma ficção deslumbrante sem o proveito material e moral para os descendentes dos indivíduos que deram lugar a titânica propaganda abolicionista (O EXEMPLO, 1910, p. 1).

De acordo com o trecho, é possível perceber uma certa desilusão em torno do que na realidade havia se tornado a liberdade no período. Pode-se afirmar que a coluna seria uma forma de expressar a contradição entre as promessas e ideias de uma sociedade que pretendia se projetar como igualitária – não apenas por meio da abolição, mas também pelo advento da República – e as experiências concretas do dia-a-dia “nas quais valores como igualdade e cidadania foram cotidianamente contestados” (CUNHA, GOMES, 2007, p. 13). A reflexão é bastante evidente quanto às dimensões vivenciadas pela população de cor na cidade, referindo-se a elas como material e moralmente insatisfatórias, aquém do que por direito deveria ser. Nesse sentido, podemos afirmar que uma das possibilidades de interpretação deste trecho – quando há a referência à questão “material e moral” – diz respeito à realidade no mundo do trabalho do pós-abolição, ainda que possa abarcar outros sentidos para além deste que ainda não foram acessados pela pesquisa.

O parágrafo em questão nos aponta para a reflexão sobre os sentidos da liberdade vivenciada por diferentes personagens históricos e que, muitas vezes, vem “embaralhar” as noções que apontam para a noção de ruptura ou transição do trabalho escravo para o liberto. Assim, esses sentidos da liberdade em muito têm a ver com as marcas físicas e simbólicas de um passado que não se alterou por completo, mesmo que tenha sido apresentada uma reconfiguração jurídica e institucional na virada do século (CUNHA, GOMES, 2007, p. 13).

As experiências do cotidiano iam de encontro com o discurso que propalava avanço, progresso e igualdade, mas que muitas vezes não encontrava eco na realidade daqueles e daquelas diretamente envolvidos na sociedade pós-abolicionista.

A coluna segue colocando mais elementos importantes sobre o período, focando-se agora no serviço doméstico de libertos e libertas, denunciando a manutenção de costumes escravagistas na vida doméstica da população através de fatos concretos. Por exemplo, coloca para conhecimento de seus leitores que a roda de expostos e o juizado de órfãos operam como “agência de consignações de escravos”, onde as crianças são “adotadas” e feitas de copeiras, “criadas de dentro” (O EXEMPLO, 1910, p. 1).

Ainda que não esteja trabalhando com sujeitos que passaram pela experiência do cativo, acredito que algumas considerações merecem ser trabalhadas neste texto. Defendo que as noções de liberdade e também de escravidão, para os envolvidos na publicação de O Exemplo, tem a ver com os debates, memórias e experiências de personagens que vivenciaram o período anterior na condição de libertos, mas que comungavam de certas expectativas e projetos daqueles que viveram o cativo. Como mostra Perussatto (2018), por exemplo, Calisto Felizardo de Araújo, dono da barbearia onde surgiu O Exemplo e pai dos irmãos Espiridião e Florencio- fundadores do periódico-, era filho de africana. O contato com as noções sobre a escravidão esteve presente em laços familiares e certamente em outros construídos por aqueles sujeitos que também viveram o período.

Nesse sentido, podemos compreender as motivações acerca de escritos que expressavam uma experiência de liberdade que, em muitos casos, não significava o contrário da escravidão, como colocam Cunha e Gomes (2007):

(...) a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam integridade à experiência do cativo, foram requalificados num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor- escravo. (p. 11)

Assim, retomo a problematização acerca das visões que reduzem a uma transição do trabalho escravizado para o trabalho livre o complexo processo de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. As reivindicações em torno da liberdade, como podemos ver, adentram os anos de 1900, assim como as lutas por condições dignas de trabalho e de

vida (NASCIMENTO, 2007, p. 301). Em certo momento, a coluna chega a afirmar que o vivido até ali não passa de uma “liberdade fictícia”, seguindo na linha de denúncia dos desafios enfrentados no período.

Para além da denúncia relativa à realidade vivida no contexto, o articulador da coluna defende a instrução como um elemento fundamental para a mudança dessa realidade, além de ser uma forma de alcançar a verdadeira liberdade. A coluna prossegue:

É preciso que cristalizem-se em instituições pias, instrutivas e educadoras, os efeitos, até então negativos, da decanta liberdade surgida a 13 de maio de 1888. Só assim, poderão os descendentes dos brasileiros escravizados que perlustrem pelas altas camadas sociais, provar a excelência de sua índole, o valor de sua dignidade pessoal, a altivez de seu caráter, a pureza de seus sentimentos afetivos e a noção dos direitos constitucionais dos indivíduos (O EXEMPLO, 1910, p.1).

Desde pelo menos a segunda metade do século XIX estavam em cena os debates e projetos que pretendiam lidar com a temida “falta de mão de obra” após o término da escravidão, além das noções que pautavam a necessidade de controle sobre os trabalhadores. O desejo de branqueamento, viabilizado pelas políticas de imigração, e as formas que visavam manter a população negra sob um dado regime de trabalho se fizeram presentes neste período no Brasil. É nesse contexto, durante o processo abolicionista, que se tem notícia de projetos idealizados pelas elites e materializados em lares e instituições educadoras, que pretendiam uma moralização da mão de obra para o trabalho livre. No entanto, se a classe dominante elaborava projetos que, de certa forma, permitissem a continuidade de seu domínio no período pós-abolição, há de se imaginar que os trabalhadores em geral também pensassem em formas de acesso à instrução, com o intuito de também pautar a sociedade republicana.

Muller (2003) e Perussatto (2018) já identificaram a instrução como um aspecto crucial para os articulistas de O Exemplo. Muller, ao investigar as origens de fundação do Jornal, recua até o século XIX e afirma que a possibilidade de criação do periódico se deu em função dos laços e experiência de sociabilidade adquiridos através da atuação de irmãos da Irmandade do Rosário de Porto Alegre. Além disso, ambas identificam que a instrução, que aparece no início do século como um dos objetivos a ser perseguido pela Irmandade através de seu estatuto, também é colocado no exemplar que inaugura o jornal. Nele, o grupo lança seu manifesto de fundação prometendo “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de seus medíocres conhecimentos” (O EXEMPLO, 1892, p.1), algo perseguido através de diferentes

estratégias ao longo de trinta anos. Já a partir em 1902, por exemplo, há uma tentativa de criação de uma escola noturna pelo O Exemplo destinada aos filhos de trabalhadores da cidade, deixando claro que “Serão admitidos à frequência das aulas todos os indivíduos, independentemente de cor, sexo, nacionalidade, princípios religiosos ou profissão” (O EXEMPLO, 1902, p.1). De acordo com Perussatto (2018, p. 218), há uma ligação entre o projeto desenvolvido pelo periódico e práticas de escolarização operária, refletidas no nome que a escola viria a ganhar pouco tempo depois: Ateneu Popular. A autora coloca que tal empreendimento tinha como horizonte cumprir um duplo papel, proporcionando uma chance de melhor futuro às crianças e de desenvolvimento intelectual da classe.

Em meu entendimento, o texto traz uma relação explícita entre a instrução e a qualificação daqueles sujeitos também para o mundo do trabalho. A liberdade para eles era mais do que uma situação jurídica, tornando-se de certa forma incompleta uma vez que as relações de trabalho disponíveis para os libertos e livres ainda mantinham alguma lógica associada por eles à escravidão. Este parece ser um ponto importante, pois a centralidade da questão é colocada na instrução como forma de garantia à liberdade, como colocado anteriormente.

Nesse sentido, acredito que as referências e reivindicações a respeito da instrução feitas pelo O Exemplo operam de forma semelhante à colocada por Gomes (2005. p. 40-41), ou seja, como uma ferramenta de elevação social daqueles sujeitos, algo que não era garantido pelo Estado Republicano. A ênfase na instrução aparece como forma de distanciamento das imagens brutalizadas ou de ignorância que remetiam, como também traz o autor, à escravidão.

Voltando às discussões em torno da liberdade e o mundo do trabalho, Velasco e Cruz (2010) nos traz um estudo que aborda o problematizado até aqui, ou seja, desmistifica a historiografia da escravidão e do trabalho no pós-abolição como campos antagônicos. Como uma espécie de elo entre os dois momentos, a autora faz uma discussão dos significados do conceito de liberdade contidos nas “falas de proprietários e operários em dois momentos distintos – as greves feitas para consolidar a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, em 1906; e o movimento antissindical desencadeado pelo patronato contra a Sociedade de Resistência, em 1917-1918” (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 115). Para a análise das noções de liberdade dos operários, a autora propõe questões de extrema importância, tais como quais seriam as noções de liberdade para o operariado. Além disso, faz indagações que acredito serem pertinentes para este trabalho, como por exemplo: “e se aqueles operários

(estudados por ela) forem libertos, ou filhos de libertos? Será que este fato interfere nas suas noções de liberdade ou sujeição? E se interfere, qual é esta interferência?” (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 116-117)

Apresentando o resultado da pesquisa, a autora aponta que as noções de liberdade encontradas no discurso patronal são diversas daquelas que podem ser apuradas a partir do manifesto dos trabalhadores Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, de 1906, assim como de outros documentos de anos posteriores. Partindo das falas contidas nas fontes citadas e nos processos que se seguiam ao conflito direto estabelecido entre as classes, é possível perceber que os patrões usavam o conceito de liberdade a partir de uma ideia negativa, “como ausência de obstáculos ao livre curso das escolhas individuais” (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 117). Os operários, por sua vez, tinham suas ações baseadas numa ideia positiva – “liberdade como construção coletiva de autonomia, como predicado de indivíduos que, agrupados, convertem-se em sujeitos de escolhas, deixando de ser simples objetos das escolhas alheias” (VELASCO E CRUZ, 2010, p. 117). Ainda que eu não esteja trabalhando com uma organização de classe propriamente, aos moldes da autora, tais reflexões são importantes pois auxiliam a pensar os significados que podem estar contidos nas reivindicações e expectativas em torno da liberdade expressa pelos trabalhadores de O Exemplo.

McPhee (2014), analisando os manifestos e falas dos trabalhadores do Porto do Rio de Janeiro organizados na mesma associação analisada por Velasco e Cruz, encontra também noções similares às que me deparei durante a leitura dos escritos de O Exemplo. Em uma de suas denúncias, também referente ao início do século XX, os trabalhadores filiados à Resistência denunciavam a realidade pela qual passavam no mundo do trabalho, remetendo suas condições precárias ao tempo da escravidão – o que, para eles, seria inadmissível naquele contexto. Nesse ponto, o autor nos convida a pensar os sentidos de classe e raça implícitos ou explícitos em falas que não acionam diretamente a cor ou a raça em suas reflexões e reivindicações. Cabe a nós, enquanto historiadores e historiadoras, caminharmos no sentido de refinar nossas análises a fim de que possamos ter um entendimento que não dissocie essas noções, fundamentais para entendermos as experiências daqueles sujeitos.

Para finalizar, trabalho brevemente com coluna vinculada em **7 de maio de 1916**, em que o periódico traz debates em função da passagem do dia do trabalhador. O escrito começa colocando que o 1 de maio foi comemorado pelo mundo operário como uma data consagrada

ao trabalho, onde “fecharam-se as oficinas, e o operariado, esta falange de homens, que gloriosamente luta pela sua independência, atirou-se festivo, satisfeito, às mais justas expansões.” O que mais pode nos chamar atenção é o fato de que, na mesma coluna, o autor vê com entusiasmo certas conquistas do operariado, afirmando que “já tem sido triunfante a classe operária” pois

(...) o operário hoje não é mais o homem rude de ontem; ele, atualmente, compreendendo que só pode advogar seus interesses pela conquista do saber, ainda sem descansar do trabalho fatigante do dia, pressuroso, corre à Escola, a este sagrado templo, em busca do cultivo necessário para a cruenta luta em prol de seus direitos. Ciente perfeitamente de que a ilustração é a melhor arma de combate, o operário lê, estuda, sonda e consciente, discute, certo de que vencerá (O EXEMPLO, 1916, p. 1).

O trecho pode nos trazer elementos acerca das rupturas em relação ao passado. O mesmo afirma que o trabalhador daquele momento já não era mais o homem rude de outrora, fato que muito se deve ao esforço em frequentar a escola e buscar a instrução. A pauta da educação, “a conquista do saber” é novamente exposta como forma de defender interesses, indicando que a instrução agia como um instrumento político para reivindicar direitos que haviam sido negados historicamente. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma nova noção de pensar o ser trabalhador e de viver o mundo do trabalho, com o elemento da instrução como forma essencial de qualificar a experiência da liberdade, que deveria ser diferente da situação brutal ou rude do período escravista.

Acredito que a análise de tais escritos nos ajudam a pensar a construção de um sentido de classe orientado pela cor e pela experiência da escravidão. Longe de pensar tais tensões apenas como uma “herança” do período, que se perpetua sem alterações de significados, acredito que as mesmas nos fazem pensar a respeito de reivindicações e expectativas de vida que prosseguem – com rupturas ou permanências – ao longo do século XX e, porque não, até os nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia (conferência realizada em 13 de dezembro de 1997). *1ª Jornada Cultural Lélia Gonzalez*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), 1997. Transcrição disponível em: < <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> >. Acesso em 03/02/2019.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Proj. História. São Paulo, 16-fev-1998.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFPel, 2001.

MCPHEE, Kit. Um novo 13 de maio: trabalhadores portuários afro-brasileiros no Rio de Janeiro, 1905- 1918. In: *Políticas da raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*. DOMINGUES, Petronio; GOMES, Flávio (Orgs). São Paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 279-306.

MULLER, Liane. *As contas do meu Rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2003.

_____. O Exemplo: O jornal negro cujas raízes estão na Irmandade do Rosário de Porto Alegre. *Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas* [recurso eletrônico]. SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina; WEIMER, Rodrigo e CALVI, Sara Amaral Silva (Org). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015. p. 3-7.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada. In: *Quase cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Rio de Janeiro, FGV, 2007. p. 283-314.

_____. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

ROEDIGER, David. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. FORTES, Alexandre et al (Org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

PERUSSATTO, Melina K *Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do Jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1911)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PETERSEN, Silvia F. *Que a União Operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira; CHALHOUB, Sidney. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v.14, n. 26, 2009;

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: ‘homens de cor’ brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *TOPOI*, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010

ZUBARAN, Maria Angélica. História, acervo e protagonismo negro no Jornal O Exemplo (1892- 1930). *Ciclo de debates sobre o Jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas* [recurso eletrônico]. SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina; WEIMER, Rodrigo e CALVI, Sara Amaral Silva (Org). Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2015. p. 7-18.

FONTES CONSULTADAS

O EXEMPLO, Ano I, n. 01, 11/02/1892, p.1.

O EXEMPLO, 01/05/1910, p. 1.

O EXEMPLO, 07/05/1916, p. 1.